
“PEQUENAS SOCIEDADES DE PENSAMENTO”: A REVISTA ESTUDIOS AMERICANOS E OS GRUPOS INTELECTUAIS DA HISPANIDADE, ANOS 1950

“SMALL SOCIETIES OF THOUGHT”: THE ESTUDIOS AMERICANOS MAGAZINE AND THE INTELLECTUAL GROUPS OF HISPANISM – 50’S

“PEQUEÑAS SOCIEDADES DE PENSAMIENTO”: LA REVISTA ESTUDIOS AMERICANOS Y LOS GRUPOS DE LA HERENCIA HISPANA INTELLECTUAL, PELOS AÑOS 1950

*Marcos Gonçalves**

Resumo: Desde sua instauração em 1939, o regime franquista destacou-se pelo incentivo à proliferação de revistas de cultura, sobretudo, interessadas em reforçar ou reconstituir os laços políticos e ideológicos com a Iberomérica. Neste artigo, discuto parte do papel que coube à revista *Estudios Americanos* de Sevilla, fundada em 1948. Assinalo que tal publicação configurou-se como um produto que aglutinou sociabilidades intelectuais favoráveis ao imaginário franquista, pelo qual, a ideologia da hispanidade foi um conceito central e apresentou-se como mito unificador dos povos hispânicos a partir de uma abordagem revisionista da história.

Palavras-chave: *Estudios Americanos*; hispanidade; revista de cultura e intelectuais.

Abstract: Since its instauration in 1939, Franco’s regime stood out for stimulating the creation of cultural magazines, in particular those interested in reinforcing or restoring political and ideological links with the Spanish-America. The paper herein discusses part of the role played by the *Estudios Americanos* magazine (Seville) founded in 1948, emphasizing that it acted as an agglutinating product of intellectual groups in favor of Franco’s regime ideals which considered the ideology of Hispanism as a core concept, presenting itself as a unifying myth among Spanish peoples from a revisionist approach of history standpoint.

Keywords: *Estudios Americanos*, Hispanism, cultural magazine and intellectuals.

Introdução

Editada a partir de setembro de 1948, a revista *Estudios Americanos* de Sevilla, Espanha (daqui a diante EA), foi, durante a década de 1950, uma “pequena sociedade de pensamento” no âmbito da cultura hispânica. Argumento que a EA se constituiu em instrumento intelectual da segunda fase do regime franquista com o propósito de estreitar os laços espirituais, como se afirmava à época, entre a Espanha e os países iberoamericanos. Sua história editorial no período em questão erigiu-se sob dois princípios articulados entre

si: a hispanidade como mito unificador dos povos hispânicos, e o revisionismo historiográfico visto de um prisma tradicionalista; resultando dessa operação o projeto de realizar o ideal de uma comunidade hispânica de nações sob a liderança da Espanha, ou: a realização de uma utópica *Universitas hispanorum*.

Neste artigo, apresento um esboço das incursões da EA no universo iberoamericano em uma conjuntura combinada de transformações e dilemas dos processos políticos que a recobrem, empenhando-me em não perder de vista os novos rumos tomados pelas relações do franquismo com os países que constituíram no passado as colônias espanholas. Tais relações se apresentaram como primordiais para o regime espanhol, sobretudo, a partir do contexto de relativo isolamento internacional que passou a sofrer, praticamente, desde sua instauração em 1939. Atribuo significado às possibilidades de inserção da EA nesse duplo contexto cultural e geográfico situado no circuito Espanha-América, cuja relevância é majorada quando se visualiza a imersão de grupos intelectuais de ambos os lados do Atlântico nas temáticas mais recorrentes da revista. Seja através de um programa de contactos que visavam a redescoberta cultural da América; seja pelo protagonismo de intelectuais espanhóis e iberoamericanos no circuito referenciado, a EA traduziu e sinalizou certa ordem de argumentação, tal como almejo demonstrar. Primeiro, situou-se como mediadora de uma "unidade de destino comum" tomada a partir do imaginário da hispanidade, termo absolutamente central na configuração que presidiu o projeto político de recuperação da presença ancestral da Espanha na América em períodos posteriores à guerra civil espanhola e à segunda guerra. Segundo, os grupos intelectuais comprometidos com os princípios da EA, malgrado a impossibilidade aqui de analisar posturas individuais; pela recíproca apropriação de ideários procuravam revisar positivamente o paradigma das grandezas pretéritas do império espanhol. Contudo, estavam mergulhados no problema histórico do seu presente: afirmação e reconhecimento do franquismo nas suas relações com a América; dar à publicidade, pela expressão de reflexões especializadas, uma cultura política orientada por uma tríplice índole não necessariamente hierarquizada nos valores a seguir: teológico-político, nacional-católico e antiliberal.

Revistas culturais como espaços de formação dos intelectuais

Cabe, como preâmbulo, uma reflexão que circunscreva os marcos de análise nos quais o texto se ampara. É marcante a proliferação de revistas especializadas, panfletos, manifestos, petições no âmbito de trabalho dos grupos intelectuais, desde que tais grupos se imaginaram como membros de sociedades nas quais passaram a desempenhar funções diferenciadas do trabalho manual. Foi somente no interior da sociedade burguesa contemporânea e do capitalismo mais desenvolvido que o trabalho de abstração se apresentou numa forma real, deixando, assim, de se apresentar na

sua forma tradicional de trabalho artesanal e concreto (ROSA, 1996, p. 153). Assim, investigar a performance de um produto cultural como a EA implica, minimamente, indagar sobre o papel de personagens que realizam as mais heterogêneas aspirações em torno de um núcleo diretor, qual seja: por meio de revistas culturais que emergem como produtos de expressão simbólica e passam a ser concebidos na sua função coesiva e como parte objetiva, histórica e no seu modo de ação quanto ao trabalho de pensamento.

As revistas culturais, como definiu Altamirano (2010), se constituem em formas de projeção do meio intelectual e fontes para a história das idéias de um determinado tempo histórico. Tais produtos não se restringem a capítulos de histórias nacionais individualizadas, conquanto articulam um sistema de referências culturais no qual vicejam sensibilidades continuamente ampliadas e cujas fronteiras avançam sobre o local, o nacional e o transnacional. Logo:

A través de ellas se pueden estudiar las direcciones y las batallas del pensamiento en las sociedades modernas y hacer un mapa de las líneas de sensibilidad de una cultura en un momento dado. Pero las revistas son también una forma de agrupamiento y organización de la inteligencia y una historia de los intelectuales no podría obviarlas (ALTAMIRANO, 2010, p. 19-20).

É o mesmo autor a direcionar esta reflexão a um elemento definidor adequado de "intelectual". Como fórmula mínima, intelectual é um conceito movido que circula entre as considerações de ordem sócio-profissional, ética e ideológica. Irremediavelmente, integra-se aos interesses das tipologias culturais nas quais se inserem as publicações especializadas que exercem as funções de "pequenas sociedades de pensamento", devendo responder às suas expectativas. É por isso que para Altamirano o conceito de intelectual resulta irreduzível a uma categoria tão e somente sócio-profissional. Ela se define como ampla, não circunscrita a uma classe social, e sim, a classes de interesses, ou, mais especificamente, a um conjunto de pessoas que possuem conhecimentos especializados "y aptitudes cultivadas en diferentes ámbitos de expresión simbólica (literatura, humanidades, derecho, artes, etc.), y que proceden de diversas profesiones" (ALTAMIRANO, 2008, p. 14). Conectados entre si por uma constelação de interesses comuns embora não absolutamente homogêneos, esses indivíduos do pensamento reúnem-se em:

instituciones, círculos, revistas, movimientos, que tienen su arena en el campo de la cultura. Como otras élites culturales, su ocupación distintiva es producir y transmitir mensajes relativos a lo verdadero (si se prefiere: a lo que ellos creen verdadero), se trate de los

valores centrales de la sociedad o del significado de su historia, de la legitimidad o la injusticia del orden político, del mundo natural o de la realidad trascendente, del sentido o del absurdo de la existencia (ALTAMIRANO, 2008, p. 14-15).

No que se refere ao objeto deste artigo, seu entendimento torna-se mais próximo quando levamos em conta que o conjunto de sensibilidades enunciadas pela EA não pode prescindir de uma dupla narrativa que pretendo desenvolver a seguir. Antes, portanto, de problematizar aspectos da história da publicação. Essa narrativa envolve, de um lado, uma descrição factual e breve relativa ao franquismo na temporalidade tocada pela revista; e, de outro lado, uma descrição cuja estratégia argumentativa é permutável à primeira, estando situada no esforço em monitorar, histórica e conceitualmente, a relevância doutrinária que o termo "hispanidade" assumiu para o grupo de intelectuais que foram os propagadores da EA, e tornaram a história do conceito de hispanidade consolidada e operacional para usos futuros no vocabulário político. Nesse último aspecto, saliento a importância das noções de "polivalência" e "estrutura paradigmática" (POCOCK, 2003, p. 23-62) fundamentadas mais nos vínculos entre os modos que maior número de autores operou termos-chaves – no presente caso, as possíveis relações entre a hispanidade e parte da literatura que a legitima – e menos na verticalização sobre performances intelectuais individualizadas. Portanto, a tendência é problematizar a EA a partir de um conceito específico – a hispanidade – emergido do conjunto de posicionamentos gerais adotados pela linha cultural da revista.

A hispanidade e a reinvenção do império sob o franquismo

A história do conceito de hispanidade designa, ao nível da práxis e do pensamento político, uma amplitude de versões e contra versões que a fizeram adquirir complexidade e autonomia conceitual na relação com as doutrinas hispanoamericanistas de corte mais moderado e liberal, próprias à transição dos séculos XIX-XX¹. Essa autonomia conceitual deveu-se, entre outras razões, tendo em consideração que os seus muitos empregos refletiram os paradoxos surgidos da polissemia que recobriu suas origens, e atestaram sua sobrevivência nos discursos autoritários de contexto mais recente, como aqueles propostos pelas ditaduras militares do cone sul da Iberoamérica. A hispanidade teria servido, assim, como suporte doutrinário para os regimes que se impuseram a partir de 1970 e a partir de golpes contra a legalidade constituída (ROJAS-MIX, 1978; NUDELMAN, 2007; HINOJOSA, 2008).

Na historiografia contemporânea sobre o tema, tão complexa e diversificada quanto à sua circunscrição em bases empíricas e conceituais

sólidas, provavelmente, o estudioso mais próximo de uma síntese adequada seja o historiador Isidro Sepúlveda Muñoz. Sepúlveda Muñoz propôs a hispanidade como uma derivação do pensamento social hispanoamericanista, e caracterizada por seu impulso radical e metahistórico, apoiada numa síntese filosófica, religiosa, espiritualista e dessecularizada para interpretar as relações políticas e culturais entre a Espanha e a Iberoamérica. Em seus aspectos fundamentais, para Sepúlveda, na hispanidade residem a instrumentalização política explícita que os seus ideólogos fizeram dela, e, claro, o papel que a religião católica assume como "el pedestal integrador de la hispanidad", porque aquela significa, mais que qualquer outro elemento, a razão indissociável que havia sintetizado a história dos povos americanos na sujeição natural ao poder humanizador do catolicismo (SEPÚLVEDA MUÑOZ, 2005, p. 160-164).

O termo hispanidade já constava como verbete do *Diccionario Enciclopédico Hispano-Americano de Literatura Ciencias y Artes*, publicado no ano de 1892 em Barcelona. Porém, os conceitos privilegiados nessa atmosfera finissecular para determinar filiações a um ideal social de cultura hispanista eram, basicamente, dois: hispanoamericanismo e hispanismo. O primeiro consagrou-se como um programa político para reforçar a importância mútua que havia no arcabouço cultural das relações Espanha-América. Suas representações expressaram, direta ou indiretamente, o engajamento de intelectuais órfãos e predispostos, se assim posso dizer, a reconstruírem uma "idéia" de Espanha que havia se desintegrado junto com o chamado "desastre de 98", e o correspondente colapso da influência espanhola na América enquanto potência colonial.²

A hispanidade permaneceu em relativa vigília até a década de 1920 quando passou a ser objeto de gradativa legitimação, e à palavra fosse agregado um estatuto de conceito histórico. Esta vigília não quer significar que entre o final do século XIX e princípios da década de 1920 a palavra não tenha servido a vários intelectuais espanhóis de renomado prestígio como Miguel de Unamuno, Angel Ganivet, Menendez y Pelayo, Rafael Altamira, que a expressaram na forma de elo cultural dos povos hispânicos, seja sob a forma de costumes, ou, ainda e principalmente na linguagem como eixo dessa aliança indissolúvel. Contudo, o campo histórico-político mais propício para a difusão do conceito parece ter sido o dos regimes ditatoriais. Foi durante a ditadura de Primo de Rivera na Espanha (1923-1930) que a hispanidade encontrou terreno mais fértil para seu desenvolvimento, sofrendo um eclipse relativo durante a efêmera e secular segunda república espanhola (1931-1939), para ressurgir sob conteúdos ideológicos revitalizados na ditadura franquista e estabelecer nexos culturais com a intelectualidade iberoamericana adepta desses conteúdos.

Essa cronologia sugerida encontra respaldo com o que afirma Montfort (1992) sobre a pertinência em associar ditadura política e hispanidade:

Durante la dictadura de Miguel Primo de Rivera el

hispanismo de corte conservador se fortaleció de tal manera que en innumerables ocasiones se incorporó plenamente al discurso oficial. El gobierno español subvencionó en aquel período a seis instituciones que se declaraban con "fines culturales" cuyo principal interés radicaba en el fomento de relaciones morales y materiales, "desprovistas de miras políticas". [...] Además de apoyar a estas instituciones, el dictador dio instrucciones en 1925 para crear, dentro del Ministerio de Estado, una oficina dedicada particularmente a recabar datos sobre America Latina y enviar a los países americanos toda clase de informaciones, intercambios periódicos, notas culturales, económicas, políticas y sociales, fomentando la compenetración cultural entre España y el mundo hispánico americano (MONTFORT, 1992, p.21-23).³

Célebres coletâneas espanholas, e intelectuais de várias estirpes e em contextos desiguais deram consistência à noção de hispanidade. Em plena era primoriverista a Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana na sua edição de 1925 publicava uma longa descrição do verbete hispanismo, quer me parecer, sintonizada não só com os interesses da ditadura em vigência, mas a pretexto de justificar e exaltar a expansão dos estudos hispanistas nas culturas anglo-germânicas que neutralizavam a leyenda negra forjada pelos "inimigos" da Espanha, reabilitando, dessa forma, os frutos gerados pela presença ibérica na América.⁴ Para a segunda linha de argumentação, no Prólogo escrito em 2008 ao clássico texto reeditado de Manuel García Morente *Idea de la Hispanidad*⁵, Eudaldo Forment sustentou que hispanidade no Dicionariode la Lengua Española de 1926 remetia a "hispanismo", como modo de falar peculiar da língua espanhol. Nada mais correto. No entanto, tal informação já era presente no Dicionario barcelonês de 1892 que apresentava o verbete hispanismo como o termo-chave recobrando, em consequência, a hispanidade.

Como ocorre em quase todas as tentativas de determinação das gêneses conceituais, os argumentos de Forment auxiliam a esboçar o percurso da palavra e dos seus usos, em razão de apropriações sucessivas que integraram novas valorações e sentidos. Isto lhe confere a polivalência no interior de um discurso político, na medida em que a hispanidade pode ser tomada como uma linguagem que, por sua vez, consiste no emprego de uma textura de linguagens capaz de "dizer coisas diferentes e de proporcionar maneiras diversas de dizer as coisas, na exploração dessas diferenças na retórica e na prática" (POCOCK, 2003, p. 32). Nessa perspectiva, a retórica do sacerdote Zacarías de Vizcarra é especialmente relevante para o fenômeno aqui examinado. Segundo Forment, foi a intervenção desse jesuíta espanhol

radicado na Argentina, ao lado da obra de pensadores espanhóis da "generación del 98" que se afirmaram como fundamentos para celebrar o termo hispanidade, generalizando-o como um conceito, e, ainda, como uma narrativa mito-política de penetração não desprezível na história social dos intelectuais iberoamericanos.

Vizcarra propôs em 1925 a hispanidad como termo substitutivo à raza, que era utilizado para comemorar o Dia de la Raza e a Fiesta de la Raza a 12 de outubro. O contexto histórico – e hispanoamericano – era de plena vigência da ditadura de Primo de Rivera na Espanha, e de intensa mobilização de novas correntes de direita na América, tendo como casos particulares, a Argentina, o Brasil e o Chile, onde tais setores estavam dispostos a transformar seus países mergulhados nas contradições advindas das disputas entre pólos ideológicos em conflito.⁶

Em Vizcarra, a hispanidade servirá para exteriorizar "la intimidad espiritual existente entre la Nación descubridora y civilizadora y las formadas en suelo americano" (FORMENT, 2008, p. 7). À síntese da hispanidade Vizcarra associou uma variante religiosa de inegável potência simbólica, quando, em diferentes situações entre os anos de 1941 e 1946, agregou sentidos mitológicos vinculados à figura materna da Virgem de Pilar, como símbolo que a configura como Patrona de la Hispanidad e elege em definitivo para a história do hispanismo o 12 de outubro como Fiesta de la Hispanidad. Em artigo publicado no *Semanário El Español* no mês de outubro de 1944, Vizcarra esclareceu não ser o responsável pela invenção material do vocábulo, e sim, um militante da causa da hispanidade que desejava vê-la inserida descritivamente no *Diccionario*, destacando, ao mesmo tempo, a impropriedade e os inconvenientes da denominação Dia de la Raza (VIZCARRA, 1944, p. 9-13).

A despeito das discrepâncias cronológicas ou de atribuição, a semântica da hispanidade passou a ser organizada em torno do núcleo simbólico de uma cultura cuja essência católica seria intensificada pelas concepções de Ramiro de Maeztu e Manuel García Morente. Mais enfaticamente a partir da década de 1930, os dois intelectuais passaram a reivindicar uma cultura política hispanoamericana cujas vertentes conservadoras convergiam para as representações religiosas e filo-fascistas. Em graus qualitativos distintos, a configuração do conceito de hispanidade em Maeztu e Morente congregou a hierarquização de seis grandes ideias: 1) fé católica; 2) monarquia tradicional; 3) irmandade peninsular e hispânica; 4) liberdades populares a partir de um primitivo núcleo descentralizado, o município, como parte da realização do ideal corporativista; 5) reprovação das ideias da ilustração e das culturas democráticas de raiz anglófona e francófona; 6) latinidade que remetia à conquista da península hispânica negociada pelo império romano, particularmente, em relação à linguagem, à conservação das liberdades hispânicas, e ao solo cultural propício para desencadear o cristianismo.

Se em Maeztu a hispanidade é mais pronunciada como um modelo pragmático que procura uma solução política para a Espanha integrar-se ao concerto das nações europeias de capitalismo desenvolvido, mas sem destituir o "conteúdo espiritual" e o papel central do catolicismo, como asseverou um dos seus mais recentes biógrafos⁷; em Morente observa-se uma visão de hispanidade profundamente ligada ao providencialismo cristão, pela qual se interpreta a Espanha como a nação escolhida pela divindade para a defesa e propagação do catolicismo no mundo contra os perigos revolucionários, do ateísmo e do agnosticismo da filosofia racionalista.

De fato, nas suas teses sobre a hispanidade desenvolvidas entre final dos anos 1930 e princípios da década de 1940 Morente recusou a existência de uma Espanha ilustrada no século XVIII. Se a hispanidade era o núcleo emergente que unira os povos hispânicos a partir da mensagem ecumênica lançada no encontro com a América; de meados do século XVII adiante a Espanha, segundo Morente, isolou-se do mundo por não compartilhar da "enfermidade" que passava a Europa. A filosofia do racionalismo e do idealismo foram, pouco a pouco, reduzindo a porção de Deus no âmbito da vida humana e "Cada día la mentalidad moderna celebra un nuevo triunfo, imaginando que ha logrado reducir a leyes físicas o fisiológicas o psicológicas los ambientes divinos en que vive envuelto el hombre" (MORENTE, 1957, p. 201).⁸ Morente defende a ideia fundamental de identificação da hispanidade com a religião: "La hispanidad es consustancial con la religión cristiana [...] gozamos de un privilegio único en el orbe: el de que nuestra naturaleza se identifique con nuestra espiritualidad religiosa" (MORENTE, 1961, p. 103-104).

Tais formulações teriam um peso decisivo na configuração da cultura política franquista, porque, em alguma medida, predominaria o anseio de sonhos imperialistas capitalizados pela retórica do regime. Animados pela vitória sobre a República na sangrenta guerra civil que assolou a Espanha entre 1936 e 1939, os grupos golpistas de direita que conformavam o heterogêneo espectro ideológico do franquismo (falange fascista, setores majoritários do exército, carlismo monárquico-legitimista, hierarquia eclesiástica, católicos integristas, alguns segmentos liberais) colocaram como um dos seus objetivos restituir ou resgatar a potência imperial da Espanha. Essa política tanto era sinalizada para enfrentar as animosidades externas pós guerra civil, quanto para reverter o eclipse de influência espanhola na Iberoamérica desde finais do século XIX. Não foi apenas no campo de símbolos da política que residiam as preocupações do novo estado espanhol. A retórica franquista esperava estreitar gradativamente seus laços culturais e espirituais com a Iberomaérica por meio de uma efetiva ação diplomática que restaurasse a ideia nostálgica de grande império, restituísse uma unidade de destino comum fundamentada no tríplice vínculo "raça, língua e religião"; fomentasse tratados de solidariedades políticas e econômicas, e, principalmente, angariasse apoio diplomático para um regime que no contexto imediato ao final da guerra civil necessitava de

legitimidade perante a comunidade internacional.

A "vontade de império" materializou-se em algumas ações sob iniciativa do Ministério de Relações Exteriores de Franco, a comando de Serrano Suñer, oriundo das fileiras falangistas, o movimento fascista que foi, ao lado do exército e da influente e poderosa hierarquia eclesiástica o maior ponto de sustentação do regime durante boa parte de sua vigência. Entre os meses de novembro e dezembro de 1940 foi criado o Consejo de la Hispanidad, que, a despeito de uma existência de somente seis anos, seria concebido como o instrumento político encarregado de disseminar as boas relações Espanha-América.⁹ A criação do Consejo foi saudada por vários representantes latino-americanos com verdadeira euforia. Enquanto o órgão foi responsável pela política exterior da Espanha para a América recebeu contínua correspondência de grupos que simpatizavam com a causa franquista, afirmando constantemente sua condição pró-católica, sua aficção pela "fidalguia peninsular" e pelo retorno à tradição. Muitas personalidades intelectuais de relevo no espectro franquista, e outras nem tanto, tomaram parte como membros do Consejo de la Hispanidad: o filósofo convertido ao catolicismo Manuel García Morente, o destacado falangista Eugenio Montes, Manuel de Falla, Ramón Menéndez Pidal, Antonio Goicochea, o carlista e intelectual representante do integrismo católico Eugenio Vegas Latapie, José Ortega y Gasset, Julián Pemartín, o general Millán Astray, Adolfo Prieto e Manuel Aznar. Também foram integrados como membros do Consejo os embaixadores da Espanha na Argentina, em Cuba, no Chile e no Peru (MONTFORT, 1992, p. 161-162).

Em 1946, o Consejo foi substituído pelo Instituto de Cultura Hispânica, como nítido movimento de matização do discurso radicalizador da hispanidade e uma tentativa de mudança de rumos ideológicos do regime que apontava, supostamente, para uma maior moderação e abertura cultural e política. Essa substituição contrastou com a permanência de métodos tirânicos e repressivos dirigidos aos opositores sob modelos que circularam entre o padrão concentracionário e o padrão prisional.¹⁰ Não obstante, no domínio da propaganda oficial, enquanto o Consejo erigiu-se como instituição "impulsora de la unidad de los Pueblos hispánicos, en torno al espíritu de la Hispanidad como ideal común", o Instituto financiou o aparecimento de importantes publicações como a célebre Cuadernos Hispanoamericanos, Mundo Hispánico e Correo Literario.¹¹ O Instituto de Cultura Hispânica também estabeleceu os prêmios anuais Cultura Hispânica para estudos cujos temas versassem sobre literatura, geografia, história, cinema, periodismo iberoamericanos; patrocinou congressos hispanoamericanos "y concedió becas para ampliar estudios en España a los intelectuales americanos" (CUEVAS, 2000, p. 374).

Intelectuais, hispanidade e a organização da EA

O diferencial da EA é que ela foi periférica em relação ao investimento, importância e visibilidade atribuídos às congêneres publicadas pelo Instituto de Cultura Hispânica. Porém, é no âmbito de interesses anteriormente mencionados que se pode situá-la como mais um produto que viria reforçar a construção de determinada visão e realidade históricas favoráveis ao franquismo. Sua importância reside, sobretudo, pelo fato de emergir na cidade andaluz de Sevilla, local onde funcionava o Arquivo Geral das Índias, e também porque algumas das suas lideranças exerceram papel de destaque na fase em que o franquismo esforçava-se em operar uma metamorfose nas suas diretrizes políticas, ideológicas e jurídicas. Capelato (2005, p. 346-347) apontou com precisão que as revistas de cultura e política da era franquista imediatamente após a segunda guerra mundial estavam voltadas para enaltecer não propriamente o regime, mas a hispanidade como uma categoria que abrigava a raça, a fé, e a língua comuns. Em uma linha de parentesco com a reflexão da autora, no entanto, partindo de uma base teórica e bibliográfica distinta, comungo do ponto de vista que tais produtos de expressão em que os grupos intelectuais desenvolvem suas estratégias ideológicas, não raras vezes, estão travestidos sob o rótulo cultural, mas podem evidenciar de forma mais ou menos clara os dilemas políticos que perpassam a realidade vivida.

Em setembro de 1948, o editorial que abriu o primeiro número da EA foi parcimonioso quanto aos seus objetivos. Inaugurada oficialmente como *Estudios Americanos – Revista de Síntesis e Interpretación Histórica*, sob os auspícios da *Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla (EEHA)* a EA tentava levar a cabo um trabalho de síntese e interpretação histórica, literária, jurídica e artística, de caráter essencialmente “científico sobre temas hispânicos” (EA, 1948, p. 1). A dinâmica editorial da revista caracterizou-se, desde os primórdios, mais por rápidas visões de conjunto e menos por trabalhos aprofundados de investigação, embora deixasse claras suas linhas e opções historiográficas. Com o propósito de tornar-se uma porta voz de informações exatas sobre os distintos aspectos culturais dos países de fala espanhola, a EA publicou e dividiu suas seções em Artigos, Notas sobre política e cultura hispânica, uma seção de Informação Cultural Hispano-Americana integrada por artigos de extensão variável e bibliografias americanistas. Com poucas variações, pode-se afirmar que essa estrutura de organização prevaleceu intacta durante a década de 1950.

A EA aditou-se ao leque de interesses estratégicos desenvolvidos pelo franquismo após a guerra civil espanhola quanto ao modelo de relações políticas que os dirigentes espanhóis e os grupos de intelectuais aderentes ao regime pretendiam desenvolver com a Iberoamérica. Daí, teve encabeçando seus principais postos de direção catedráticos sintonizados com o projeto político-cultural do franquismo para as Américas. O incentivo para sua criação

partiu daqueles que mantinham vínculos com a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Sevilla e constituíram, por decreto do governo franquista, a EEHA no início da década de 1940, mais precisamente, em novembro de 1942.

A criação de uma seção de História da América no ano de 1945 parece ter acelerado a separação entre a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Sevilla e a EEHA. A disjunção formal teve lugar em 1946, propiciando aos intelectuais adstritos a ela uma definição mais clara de critérios sobre os campos de pesquisa e atuação acadêmica a serem privilegiados, lembrando que a separação fez com que a EEHA passasse a depender desde então do poderoso CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Embora existisse a necessidade de organizar e selecionar temas que se julgasse como representativos da longa história Espanha-América, o texto alusivo à Memoria 1992-1993, data que marcou o quinquagésimo aniversário da EEHA, enfatizou que os seus interesses estavam preponderantemente ligados ao período colonial: "la Escuela ha centrado sus investigaciones en la America Central, hecho que se ha visto mediatizado por la riqueza documental que en este campo atesora el Archivo General de Indias" (GARCÍA, 1994, p. 33). Tal escolha parece ter sido um marco historiográfico comum na Espanha da década de 1950, podendo-se imaginá-lo como linha oficial dos estudos relacionados ao hispanoamericanismo. Este argumento sugere como diretriz do regime franquista a construção de um projeto que se justificasse pela perspectiva épica e de renascimento mítico do defunto império ultramarino espanhol, enaltecendo, paradoxalmente, a "naturalidade" pela qual a Espanha aceitou e, de alguma forma, estimulou as independências. Esta operação historiográfica, ao meu ver, a EA desempenhou com muita destreza.

Em perspectiva que parece reafirmar o argumento acima, o insigne historiador catalão Jaume Vicens Vives (1910-1960), intelectual algo distanciado do regime e pouco afeito aos temas que foram comuns às revistas especializadas no que se refere ao hispanoamericanismo, alertou no Tomo IV da clássica edição de sua *Historia Social y Economica de España y America* de 1959 sobre a ênfase exagerada nos períodos que encampavam a transição da colônia e os processos de emancipação com direito a uma crítica sobre a hierarquização demasiada de temas:

El estudio de la producción escrita sobre cada uno de los períodos históricos hispanoamericanos, nos permitiría apreciar que la época de la emancipación es la que acapara más obras. El amplio número de monografías, ensayos, listas de causas productoras de la independencia puestas por orden de importancia, sólo consiguen, sin embargo, impedir una visión clara de tan importante fenómeno (VICENS VIVES, 1959, p. 514).

Feita essa digressão, é importante lembrar que a separação entre a EEHA e a Universidade de Sevilla em 1946, e o respectivo surgimento da EA dois anos depois não significou o fim das relações entre os intelectuais de ambas as instituições. O mútuo reconhecimento, bem como o intercâmbio e a colaboração científica parece que definem a tônica dessas relações até o presente. Não se descarta, todavia, o fato de que esta desvinculação representou para os intelectuais da EEHA, a construção de caminhos autônomos de pesquisa, mesmo que o termo autonomia, nesse contexto, pudesse sofrer de graves limitações que correspondiam às imposições censoras do regime, e dos vários movimentos pendulares, de idas e vindas ideológicas e diplomáticas que o caracterizaram já na segunda metade da década de 1940.

Entre 1948 e 1961, a EA teve a presidir seu Conselho de Redação o catedrático Vicente Rodríguez Casado (1918-1990), especialista em história colonial e história do império ultramarino. Foi um dos fundadores na Barcelona de 1943 da Revista *Arbor*, ligada à organização *Opus Dei*, tendo participado também como co-fundador e depois reitor da Universidad Hispanoamericana de La Rábida (RODRÍGUEZ, 1995, p. 178). A menção ao nome de Rodríguez Casado antecipa, em parte, a orientação temática que governava a produção de conhecimento histórico da EA como exortação dos vínculos do império espanhol com suas colônias americanas.

Aliás, a história da direita espanhola, se apreendida à luz de uma história das revistas culturais do período franquista vem a demonstrar, como assinalou Valero (2011, p. 61), que esses produtos são suscetíveis de "aportar información de primer orden tanto sobre las actividades y posiciones de intelectuales concretos como de las relaciones ideológicas, políticas o simplemente de afinidad cultural o personal...". A questão que parece à primeira vista problemática e levantada com propriedade por Valero é: interrogar até que ponto num contexto de censura e de ausência de liberdades públicas como o franquismo a disseminação de revistas culturais não encontra suas limitações tendo em vista que, a figura do intelectual em presença exige determinadas condições que somente as sociedades democráticas podem oferecer? Valero afirma que uma relativa liberdade de circulação de idéias não acabou na Espanha e nem colocou em risco os intelectuais com seus debates públicos:

Lo que ocurrió, claro está, es que solo una parte de la intelectualidad podía expresarse con amplia libertad – en la medida que lo defendía estaba en consonancia con lo que el régimen representaba y sostenía –, mientras que otra parte se veía obligada al silencio o a expresarse con enormes cautelas y limitaciones (por no hablar de quienes se encontraban en el exilio – y no por ello eran menos intelectuales españoles). [...] Quiero decir con esto

que el estudio de las revistas políticas durante el franquismo debe ser abordado tomando en consideración cuáles eran las condiciones en que eran publicadas y, consiguientemente, cuáles eran los límites de los debates que podían acoger en sus páginas (VALERO, 2011, p.62-63).

Orientando-me pelas sugestões de Valero, sintetizo o uso reiterado e instrumental que a EA procedeu dos temas apologéticos da hispanidade. Pode-se referir o estabelecimento de uma luta de classificações pela posse do vocabulário político adequado a essa apologia e por uma escrita da história mais adequados para deslegitimar os inimigos da Espanha, destituindo-a de rótulos infamantes que os seus adversários e opositores consignavam. Procuo esboçar esses problemas apresentando um quadro geral dos interesses temáticos da EA nos quais as evidências se ancoram em duas possibilidades: a desqualificação da leyenda negra e o "Índice Geral" da EA publicado em 1958 no aniversário de uma década da publicação, por onde obtemos uma classificação pormenorizada de todos os artigos e autores que publicaram no período. Dentro desse quadro, demonstro brevemente como o tema da hispanidade emerge dos mais variados aspectos, desde o interesse pela criação de uma comunidade de nações até a preocupação com o aprofundamento das suas variantes conceituais.

No artigo que abriu a edição n. 32 da EA, España en la historiografía argentina, o historiador argentino Raúl A. Molina (1954, p. 362-382), membro do Instituto Ruy Díaz de Gúzman de Buenos Aires produziu um apaixonado e longo comentário que enumerava, desde meados do século XIX, os interessados em desqualificar o papel da Espanha no processo colonial. O problema matriz do texto era indagar como se formara o conceito negativo de "esta mal llamada Epoca Colonial" (MOLINA, 1954, p. 363) e como nascera a legenda de ódio na Historiografía Argentina e sua gravitação no ensino de várias gerações?

A narrativa dividia a história das relações hispanoamericanas fundamentada sob o pensamento de duas correntes historiográficas antagônicas. Primeiro, a Escola Liberal, a qual Molina definia como Escola Afilosofada, de profunda tendência liberal e estrangeirizante. Hispanofóbica, renegava três séculos de trabalho e formação cultural e via a Espanha como "madre decrepita y tirana" (MOLINA, 1954, p. 363). Seus representantes mais notórios? Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutierrez, Andres Bello, Juan Augusto García e "uno de los más nefastos", José Ingenieros. Cronologicamente, os princípios centrais da Escola Afilosofada eram situados em 1852; depois da queda do caudilho Juan Manuel de Rosas, quando muitos políticos e intelectuais retornavam do exílio trazendo na bagagem espiritual as novas idéias da filosofia liberal:

Fueron sus principios fundamentales en historia, la exaltación de la Revolución Emancipadora y un culto a todo lo extranjero, singularmente lo francés, lo inglés y lo estadounidense, y en consecuencia cultivó particularmente todo lo relacionado con la leyenda negra, como justificación y explicación de aquélla. [...] Desde entonces creció aquel proceso contra España y fueron lugares comunes del dicterio, la tiranía, la Inquisición, la ignorancia, la explotación del indio, etc., aunque en el fondo, simples creaciones filosóficas hechas con propósitos eminentemente políticos, hasta llegar a su reacción máxima en el Dr. Juan Agustín García, que las lleva al terreno de la Sociología en su famosa *Ciudad Indiana* publicada en el año 1900. [...] Fué en definitivo quien gravó con mayor nitidez los prejuicios de la leyenda negra universal, afirmando además otra propia y nacional con mil fábulas que arrancó a su imaginación. Creía, como todos los hombres de su generación, que todos los males que afectaban a nuestra evolución histórica se debían exclusivamente a España... (MOLINA, 1954, p. 369-374).

Embora Molina seja específico quanto a um aspecto particular da historiografia argentina, o exemplo é intercambiável e ampliado para outros processos que marcaram o episódio das independências americanas. O elemento transnacional que preside os fenômenos de interpretação, circulação e apropriação dos ideários é, assim, uma via de mão dupla, servindo tanto ao subjetivismo dos liberais, quanto ao conteúdo de objetividade e verdade que emerge da outra corrente vista na sequência. Neste sentido, em Molina é nítida a preocupação em generalizar o caráter nefasto das interpretações inspiradas por um liberalismo à européia e que depreciam o papel desempenhado pela Espanha. Por consequência, o que ocorreu na Argentina apresenta um ponto de contato formativo comum às outras nações do continente, superando o mero registro local.¹²

A segunda corrente examinada por Molina era aquela que resgatou as tradições da hispanidade das cinzas do passado. Molina a designa Escola Científica ou Hispânica e ela se constituiu em reação contra a tendência antihispanista imposta pelos "afilosofados". Molina situa como fundador dessa corrente Manuel Ricardo Trelles (1821-1893), que em 1867, como Diretor do Arquivo Geral de Buenos Aires teria insistido junto ao governo central sobre a urgência de revisar a "história da pátria" e demolir, sob a sua ótica, as falsas apreciações da história da Espanha na América. Junto com Trelles, teriam se engajado no projeto revisionista Mitre, Quesada, Madero e Paul Groussac. No início da década de 1870, constatou-se entre os defensores dessa vertente que

as informações históricas e os repositórios documentais na Argentina eram escassos para uma revisão do passado conveniente aos interesses do grupo, mas, sobretudo, que "as verdadeiras provas históricas" teriam de ser localizadas nos arquivos espanhóis, principalmente no Arquivo Geral das Índias em Sevilla:

es a Gregorio de Quesada a quien cabe el honor de haber sido el primer delegado oficial que se traslada a España en 1873, para hacer la investigación documental... Otras importantes obras surgen de su pluma, poniendo al descubierto las imponderables reservas documentales que surgían de aquellos repositórios (MOLINA, 1954, p. 377).

Para sua afirmação, a Escola Científica ainda teria empreendido uma acirrada batalha intelectual contra o afrancesamento da cultura portenha no primeiro quarto do século XX. Parte dessa batalha foi ganha pela volta definitiva dos pesquisadores aos arquivos da "madre pátria", ação intelectual que propiciou não somente o conhecimento mais íntimo do passado remoto, mas consolidou, de acordo com Molina, as bases de um movimento comum, panhispânico, de ampliação do ambiente universitário, e intercâmbios que reunindo intelectuais argentinos e espanhóis teriam culminado na declaração do Dia de la Raza, em 12 de outubro de 1917, que anos mais tarde se metamorfoseia na Fiesta de la Hispanidad:

Las investigaciones que llevan a cabo desde entonces en el Archivo de Indias a cargo del Sr. Torre Revello, R. P. Fournalong, Fernández Díaz, Lafuente Machaín, el Contralmirante Ratto, y de otros muchos historiadores ilustres, que desde entonces acá suman más de treinta sus nombres. [...] Nuevas corrientes, nuevos hombres y nuevas lumbres del pensamiento español asománse en Buenos Aires. [...] Mientras tanto, la reacción historiográfica había llegado a establecer índices reveladores de la búsqueda y grandes publicaciones en serie se copiaban en España (MOLINA, 1954, p. 380-381).

Faziam parte desse consórcio de "historiadores ilustres" e homens de letras Eugenio D'Ors, Blasco Ibañez, Américo Castro, e um dos mais notórios ideólogos da hispanidade – o filósofo Manuel García Morente. Molina, reivindicava, por fim, a reinauguração de um possível "nuevo milagro, una nueva Edad de Oro, esta vez hispanoamericana" prefigurando "a los últimos vestígios de los antiguos miembros de la Escuela Afilosofada, cuyo recuerdo ocultan aún en forma vergonzante, pero que sin duda desaparecerá para siempre"(MOLINA, 1954, p.382).¹³

Uma mirada mais atenta nos índices gerais da EA publicados em 1958, ano que coincide à primeira década de sua existência parece produzir a seguinte hipótese: a equivalência relativa entre idade do ouro da Espanha nas Américas com a necessidade de invenção de uma idade de ouro franquista. A ela poder-se-ia acrescentar outra mais visível: a presença do tema da hispanidade como pilar programático da EA, ou se quisermos empregar um termo mais operacional: a hispanidade realizada como "estrutura paradigmática" da publicação.¹⁴

As edições de maio e junho de 1958 foram dedicadas exclusivamente a esclarecer ao leitor sobre o acervo de autores, estudos, seções temáticas e temas-chaves reunidos na década 1948-1957. A publicação do Índice Geral corresponde ao viés definidor que caracteriza as revistas culturais como "pequenas sociedades de pensamento" conforme a referência de início deste artigo. Na explanação de motivos para a publicação do Índice Geral, os editores da revista cultivavam a satisfação de ver coroada a momentânea aspiração que representavam os setenta e cinco números de "una revista americanista destinada a un selecto y reducido núcleo intelectual" (EA, 1958, p. 11).

Dividido em três partes, o Índice Geral compreendia: na primeira parte, ordenada cronologicamente, a totalidade dos sumários, integralmente reproduzidos; a segunda parte organizava em ordem alfabética os autores que colaboraram com a EA no primeiro decênio; e a terceira parte, mais extensa e de preparação mais laboriosa era uma classificação de matérias, também em ordem alfabética, partindo de uma palavra inicial que mais facilmente pudesse ser buscada como chave para quem desejasse consultar o índice. O levantamento realizado, embora limitado, é algo revelador dos interesses da EA. Identifiquei a predominância de uma unidade de tempo circunscrita entre os séculos XVI e XIX, e uma unidade de espaço que privilegia naturalmente o circuito Espanha-América.

No interior desses dois grandes agrupamentos espaço-temporais, as temáticas históricas ocupam um interesse mais pronunciado e o que se destaca muito evidentemente é a imagem glorificada de uma Espanha imperial e católica: o "antes" marcado pelo vazio de povos sem história; o "depois", como acentuou Todorov (2010, p. 212), fundamentado legalmente na realização dos desejos e nas condições materiais de conquista que impunham uma ordem jurídica de dominação. Nas páginas da EA, portanto, exhibia-se a história pré-hispânica como um tempo caótico e de espera dos civilizadores/conquistadores sob um enfoque conciliador; história dos descobrimentos com o conseqüente primeiro plano da Espanha como nação civilizadora; história dos vice-reinados como modo de neutralizar a categoria de "colônia" para os territórios americanos; história das independências como concessão ou negociação; história republicana, como relativo, tênue e temporário interregno, ou como suspensão temporal até que as relações amigáveis entre Espanha e América fossem restabelecidas ou concretadas sob uma

comunidade hispânica de nações; indigenismo em posição subalterna à cultura ocidental, e nesse âmbito, a integração racial da época colonial que sobrepõe "raça espanhola" à "raça autóctone"; legislação benfazeja e protetora da coroa espanhola em relação aos habitantes da América.

A constatação central é a presença do tema da hispanidade a perpassar o núcleo desses textos, seja na apropriação filosófica, quase sempre a cargo dos artigos produzidos por Francisco Guil Blanes; seja como referência obrigatória que legitima a configuração identitária e historiográfica do grupo social hispanoamericano. Quero dizer que a hispanidade como centro ideológico que encabeça a estrutura da EA, é o elemento integrador, aglutinador e alicerce da natureza dos temas que lhes são complementares. Assim, ela pode ser apreendida como grande unidade de análise cultural ligada tanto ao "fator idiomático y religioso fundamentalmente; y otra de carácter ideológico que, si bien se relaciona con la primera, lo hace desde una concepción tradicionalista de la Historia" (MAS, 2011, p. 181). Além de não invalidar a conexão entre os dois âmbitos, visto que não se excluem, o argumento de Mas tem a seu favor chamar a atenção para o conteúdo revisionista extraído do Índice Geral e que fundamenta produtos culturais como a EA. Ora, uma pequena amostragem de seus colaboradores aponta, mesmo que colateralmente, para o compromisso que firmaram no seu percurso intelectual com fenômenos como: ideologias de direita, tradicionalismo, nacional-catolicismo, elitismo cultural e revisionismo, diga-se, aspectos todos eles enraizados nas configurações de essência da hispanidade.

Marcam presença na revista o teólogo espanhol Raimundo Pániker (1918-2010), membro da Opus Dei até 1960; o nacionalista argentino Julio Irazusta (1899-1982), muito próximo das teses de Ramiro de Maeztu e Charles Maurras; o peruano Miguel Maticorena Estrada (1926), discípulo de Raúl Barrenechea (1897-1960), notabilizado por ser um dos ideólogos peruanos mais produtivos da hispanidade, ou, como referia, da peruanidade, e decisivamente embebido no pensamento de Manuel García Morente; o espanhol Florentino Pérez Embid (1918-1974), ativo censor dos aparelhos políticos do franquismo na década de 1950 e membro da organização Opus Dei. Porém, o líder incontestável do grupo de intelectuais da EA foi Vicente Rodríguez Casado. Se pensarmos na direção proposta por François Dosse a respeito dos animadores intelectuais que forjam sua liderança através de um núcleo de produção e difusão de idéias e projetos políticos empregando a historiografia, teremos na figura de Rodríguez Casado o "líder espiritual" que caracterizou as linhas de ação da revista. Dosse invoca a figura do intelectual que representa a garantia de continuidade de um agrupamento sujeito a realidades frágeis, mutações e rupturas:

las revistas son también y sobretudo un reagrupamiento alrededor de un individuo, que es su encarnación. La

mayor parte de las revistas se identifican con una personalidad. [...] Frecuentemente, esta personalización es la garantía de continuidad de una realidad frágil y movediza, expuesta a mutaciones múltiples, a rupturas incesantes. Es la garantía de un intento de transformar la heterogeneidad de toda reagrupación en una actividad que sea común a todos y pueda facilitar la identificación con su director a partir de una adhesión, que también es de orden afectivo (DOSSE, 2007, p.58-59).

Uma comparação entre o agrupamento diretivo da revista que alcance dois pólos cronológicos situados entre 1954 e 1961, evidenciará a composição homogênea no vértice e muitas alternâncias na base. Em 1954, a rede de intelectuais que compunha a direção da revista era formada por: Vicente Rodríguez Casado (presidente do Conselho de Redação); Antonio Muro Orejón (vice-presidente do Conselho de Redação); José Antonio Calderón Quijano (secretário de Redação); J. Arellano Catalán, A. Cossio Corral, G. Céspedes de Castillo, M. Aguillar Navarro, C. Corona Baratech, M. Luengo Muñoz, Manuel F. Clavero, C. López Nuñez, José Guerrero Lovillo, J. Cruces Pozo, F. Luis Otero Nieto, Ana M. Gómez Rubio, A. Benito Jáen, Raquel Gil Beviá, M. Dolores Vicente Alarcón, M. Peñalver Simó, Guillermo S. Pérez Delgado, Carlos Deústua, Miguel Maticorena Estrada, Agustín de Asís Garrote (Redatores).

Em 1961 o núcleo duro da revista manteve-se intacto: Vicente Rodríguez Casado, José Antonio Calderón Quijano e Antonio Muro Orejón no Conselho de Redação; Octavio Gil Munilla (Diretor de Redação); Jorge Chmielewski (Redator-Chefe); Manuel Romero Gómez (Secretário de Redação); Jesús Arellano Catallan, Fernando de Armas Medina; Emila Cobos Mancebo, Juan Collantes de Terán, Roberto Gil Munilla; Manuel Sáenz, Miguel Maticorena Estrada, Francisco Morales Padrón, Antonio Ruiz Barranco (Redatores); além de colaboradores convidados da constelação ideológica que comungava os valores da hispanidade e oriundos de países como Argentina, Estados Unidos, Alemanha, tais como Pedro S. Martínez, Carlos Saenz, Roberto H. Marfany, Charles Gibson, John F. Tull Jr., Eugenio Gazorla Bermudez, Guillermo A. Lousteau Heguy, Otto Zerries.

O agrupamento da EA se constituiu quase como um desdobramento da organização Opus Dei. E o homem-chave, principal animador do núcleo intelectual da Opus Dei em Sevilla que começa a se desenvolver a partir da Guerra Civil foi Vicente Rodríguez Casado. Paralelamente a um labor comum que visava, nos anos cinquenta, a concretização de uma "monumental" abordagem da história moderna sob viés hispanista e sob o patrocínio científico do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), Casado prosseguia sem descanso seu trabalho de captação apostólica arregimentando alunos e empregando com generosidade recursos providos

do Estado e do CSIC (YNFANTE, 2002, s/p).

Lembro que a década de 1950 foi marcada pela crise do pensamento falangista dentro do grupo franquista, e, por conseguinte, gradativa perda de influência de antigos e fiéis membros do Movimento ao regime de Franco. Isto coincidiu com a ascensão mais acelerada de intelectuais e *experts* cuja fonte de captação para a ditadura encontrava-se, sobretudo, na Opus Dei. Formava-se, assim, na segunda metade dos anos 1950, um Estado tecnoautoritário que teria a incumbência de pensar novos tipos de legitimidade: "Una de las luminarias del Opus Dei, Laureano López-Rodó, catedrático de Derecho Administrativo, se reunió con Gonzalo Fernández de la Mora en El Escorial, para elaborar las primeras bases de Principios del Movimiento Nacional y de lo que luego sería la Ley Orgánica del Estado" (CUEVAS, 2005, p. 203). De modo que alguns intelectuais que participavam ativamente do projeto cultural franquista, exibindo seu protagonismo através das publicações especializadas ou de cátedras universitárias, tinham, principalmente depois de 1954, oportunidades abertas de poder por meio da ocupação de posições no governo e, direta ou indiretamente, participação nas formas de condução do Estado.

Por sua vez, poucos exemplos seriam suficientes para caracterizar a imersão da EA nesse universo e destacar como a hispanidade tendeu a constituir o permanente mito unificador que selava a unidade hispânica e o projeto da publicação. O primeiro deles refere-se à seção Comentários da revista no bimestre novembro/dezembro de 1954 e ressalta a Fiesta de la Hispanidad daquele ano na cidade de Zaragoza. Dando um passo adiante na política de sedimentação transnacional da hispanidade, o ministro do Exterior da Espanha Martín Artajo anunciava em discurso o dispositivo da lei de 15 de julho de 1954 que dispunha sobre a aquisição de dupla nacionalidade com qualquer país iberoamericano e as Filipinas. Artajo ressaltava que "la doble nacionalidad puede constituir un procedimiento técnico que, con carácter de introducción y de provisionalidad, nos ponga en situación de alcanzar a dar realidad a una auténtica nacionalidad hispánica" (EA, 1954, p. 477). Embora o comentador da notícia Aguilar Navarro aceitasse a decisão do governo espanhol, ressaltou como reserva que, além do aspecto puramente formal da legislação era necessária por parte das nações iberoamericanas a homogeneidade constitucional e de crenças que consolidassem uma relativa afinidade de estruturas sociais e políticas.¹⁶

O mesmo Mariano Aguilar Navarro voltaria ao tema em outubro de 1955 reivindicando um vínculo jurídico na relação. Para ele não era possível falar de uma comunidade hispânica sem a existência de um estatuto jurídico especial, próprio e excludente, de aqueles que como membros passariam a ser súditos "y ciudadanos de la Hispanidad". Sem a encarnação das formas hispânicas de viver, os modos hispânicos de conferir sentido à existência, as maneiras hispânicas de responder às eternas inquietudes de felicidade, liberdade, verdade que "anidan en el alma y el cuerpo de los hombres"

(NAVARRO, 1955, p. 404-406), impossível seria a realização dessa comunidade orgânica transnacional.

O conceito de hispanidade foi continuamente forjado por seus apologistas quanto a uma aportação filosófica, de modo a considerá-la desde a perspectiva intemporal e metahistórica. Tal operação, não raras vezes assumindo a função ideológica do pacto colonial sob o viés conciliador esteve a cargo do filósofo Francisco Guil Blanes que abordaria o tema, pelo menos, em duas ocasiões. A primeira em artigo do bimestre junho/julho de 1957 sob título "En torno al concepto de Hispanidad", e, mais tarde, em 1959 no texto "Ideales vivos de la Hispanidad". Sua argumentação recorreu a um conceito de hispanidade como fenômeno cultural cuja razão de ser estava no passado "donde el hecho histórico-cultural 'España' ejerció su causalidad eficiente sobre la aparición de la Hispanidad. No es la España de hoy la causa eficiente de la Hispanidad" (BLANES, 1957, p. 360). De resto, a noção de hispanidade em Blanes ecoou parentescos com a de García Morente, sobretudo, no que tangia à relação paradoxal entre realidade histórica como moto-perpétuo imutável e formas de vida criadas por espanhóis pretéritos. Quer dizer, tanto para Morente primeiro quanto para Blanes depois dele, o que fazia da Espanha algo mais que histórico e transitório; o que fazia da Espanha algo intemporal e a diferenciava por suas peculiaridades de todas as outras nações era a hispanidade. O vínculo impalpável, invisível, imaterial, intemporal que reunia de modo "tan singular a todas las naciones hispánicas sobre la tierra, ese vínculo puramente espiritual, es la hispanidad" (MORENTE, 1961, p. 175-176).

Considerações finais

A EA pode ser traduzida como um veículo que aglutinou as sociabilidades intelectuais dentro do imaginário franquista. Nele, a idéia de hispanidade acabou sendo o elo indissociável para reivindicar os mitos unificadores complementares: pátria, império, raça, e mesmo, a operação de revisionismo historiográfico antiliberal. Impregnada de tradicionalismo no âmbito da cultura voltada a aprofundar as relações com a Iberoamérica, serviu como reação defensiva das coisas hispânicas com elementos tomados de empréstimo das ideologias fascistas e apoiada numa referência obrigatória: a reconstituição de laços entre a Espanha franquista e a América.

A vertente tradicionalista da hispanidade teve por emulação nesse contexto e através da EA conteúdos transcendentais e permanentes. A comunidade hispânica defendida e organizada em oposição seletiva a certos aspectos da modernidade política pretendia uma continuidade nostálgica, católica em essência, na qual se destacava a hispanidade como estilo, ethos, espírito. O investimento nessa cultura e a insistência, como corolário, na simbolização de uma comunidade para realizar a "unidade de destino comum" dos povos hispânicos foi reforçada durante o franquismo. A "unidade de

destino” estava contida na comunhão presumida de indivíduos de uma mesma origem, sem diversificações ou contradições etno-culturais: como se funcionassem impulsionados pela fusão do “todo” no “um”. O regime franquista, hostilizado por uma parcela significativa de países no campo das relações internacionais redesenhou um quadro de novas relações entre os intelectuais adeptos dessa narrativa propiciando a emergência de lugares e sociabilidades como as revistas culturais e a criação de organizações que concediam o lastro necessário para a execução de variados projetos. A EA foi um desses lugares. Tais produtos se constituíram num dos modos privilegiados de divulgar, vocalizar a dar concretude a uma constelação de valores que almejavam uma utópica restauração imperial encabeçada pela Espanha.

Notas

* Doutor em História. Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O presente trabalho apresenta resultados de intervenções em dois Congressos: o XXVII Simpósio Nacional de História realizado na cidade de Natal/RN entre os dias 22 a 26/7/2013, e o I Congreso Internacional Nuevos Horizontes de Iberoamérica, realizado na cidade de Mendoza (Argentina) entre os dias 6 a 8/11/2013. E-mail: paideia_mg@yahoo.com.br

¹ Para uma interpretação histórica do pensamento hispanoamericanista em sua vertente liberal, ver, por exemplo: DEL ARENAL (1994); SEPÚLVEDA MUÑOZ (2005).

² A expressão “desastre de 98” se popularizou na cultura espanhola com a perda dos últimos territórios espanhóis na América e na Ásia por ocasião da curta e “desastrosa” guerra contra os Estados Unidos em 1898. Nesse conflito, a Espanha perdeu Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam. Uma coleção de textos contemporâneos ao “desastre” pode ser lida em PUÉRTOLAS (2000). Para uma compreensão crítica dos escritores pertencentes à “generación del 98”, desenvolvida a partir de fontes como periódicos e ensaios literários de época cf. CARILLA (1998).

³ As seis instituições elencadas por Montfort eram: Unión Iberoamericana, Centro Internacional de Investigaciones Históricas, Centro Oficial de Cultura Hispanoamericana, Instituto Iberoamericano de Derecho Comparado, Centro Iberoamericano de Cultura Popular, Junta de Fomento de Relaciones Artísticas y Literarias Hispanoamericanas.

⁴ Na parte introdutória do verbete a publicação assinalava uma “pujante, fecunda y reivindicatoria hispanofilia” que se desenvolvia nos Estados Unidos que, além de estudar e admirar o idioma e a literatura espanhóis traziam à luz os documentos que “hablan la verdad acerca de la actuación de España en América y se destruye la famosa leyenda negra que nuestros enemigos y envidiosos habían forjado” (ENCICLOPEDIA, 1925, p. 1767).

⁵ O texto é fruto de duas conferências do filósofo espanhol na Asociación de

Amigos del Arte, em Buenos Aires, nos dias 1 e 2 de junho de 1938.

⁶ Sobre a gênese, difusão e evolução das ideologias de extrema-direita em termos comparados entre Argentina, Brasil e Chile no período 1890-1939 ver: DEUTSCH (2005).

⁷ Consultar a biografia intelectual de Ramiro de Maeztu concebida por CUEVAS (2003). A sistematização do conceito de hispanidade em Maeztu está na obra clássica *Defensa de la Hispanidad*, publicada originalmente em 1934.

⁸ Prosseguia o filósofo: "Pero cuando, hacia 1700, se inicie en Europa la secularización de la vida e ya la cristiandad no se identifique con la humanidad, ni católico sea equivalente a mundial, entonces España empezará a sentirse ajena a esa humanidad acristiana y a ese mundo acatólico y se recogerá sobre si misma en un aislamiento y reclusión del que sólo ahora comienza a salir" (MORENTE, 1957, p. 197). Diga-se que o isolamento começava a diluir, pela afirmação de Morente, no início da era franquista. Parece, assim, que Morente vê no franquismo a redenção de uma era de ouro sob a égide da hispanidade e reforça o laço ditadura-hispanidade.

⁹ Mais um argumento que reforça essa série de formulações é fornecido pelo estudo de Celestino Del Arenal (1994, p. 33): "Con el estallido de la Guerra Civil y el asentamiento y posterior triunfo del bando rebelde, la Hispanidad se transforma en parte sustancial de la ideología del Movimiento Nacional y de la acción del nuevo Régimen. La propia Guerra Civil y el triunfo franquista en la misma vendrán a representar en el pensamiento del Régimen la materialización de que España ha recuperado su protagonismo perdido y de que, en consecuencia, el resurgimiento de la Hispanidad es un hecho. La idea de Hispanidad cobrará, de esta forma, nuevas y renovadas fuerzas, transformándose en un símbolo de la "nueva" España fascista y la guía del nuevo modelo de relaciones con Iberoamérica que el régimen trata de poner en marcha. En este nuevo y favorable contexto aparecerá toda una larga pléyade de teóricos, que tratarán de desarrollar, en la mayor parte de los casos sin casi ningún originalismo y desde ópticas claramente fascistas y tradicionalistas, la idea de Hispanidad en directa relación, la mayor parte de las veces, con la idea de imperio".

¹⁰ Os estudos de MONFORT I COLL (2009) para o caso catalão, demonstraram a existência de um sistema concentracionário que reunia dezesseis unidades organizadas na região entre os anos de 1939 e 1942; assim como VÁZQUEZ DE PRADA (2003); ANDÚJAR (2007) e BAUTISTA (2008) em análises que relacionam experiências regionalizadas com o universo nacional franquista identificaram, respectivamente: as várias estratégias de resistência e oposição ao regime, principalmente, no meio estudantil; as perseguições sistemáticas para além dos espaços prisionais; e os modos de operação da censura editorial franquista.

¹¹ Sobre a trajetória da Cuadernos Hispanoamericanos e o percurso de alguns intelectuais que encabeçavam a linha editorial dessa importante publicação lembro a esclarecedora análise de CAPELATO (2005, p. 344-370).

¹² Molina citava Chile e Peru como países que teriam sido influenciados pelas narrativas que desqualificavam a Espanha.

¹³ Diga-se que outro uso reiterado e instrumental da EA também é em relação ao chamado "século de ouro" espanhol, na exaltação dos reis católicos Carlos I e Felipe II, e, como afirma CUEVAS (2005, p. 177-178) "al lado de críticas absolutas contra el siglo XVIII, la Ilustración y el liberalismo".

¹⁴ Na estrutura paradigmática, segundo os termos propostos pelo contextualismo de POCOCK (2003, p. 33), o historiador está menos interessado no "estilo" ou modo de enunciação de um determinado autor, ou seja, na sua história individual, do que na "linguagem" ou modo de enunciação disponível a uma série de autores e com uma série de propósitos, e suas provas para sustentar que tal ou tal linguagem existia como o recurso cultural para determinados atores da história – e não como mero resultado da ação do seu olhar interpretativo – tendem a estar relacionadas ao número de atores que ele [o historiador] puder mostrar terem operado nesse meio expressivo e ao número de atos que ele puder mostrar que eles [os atores/autores] efetuaram. No presente caso, reitero que no âmbito da "estrutura paradigmática" interessa-me o modo como os autores/atores se apropriaram, e com qual frequência, do conceito de hispanidade, sendo o seu meio expressivo a cultura que se materializa nos enunciados da EA, e na qual interagem a partir de convergências e tensões. Tal cultura, na ausência de um termo preciso, pode ser designada como "cultura da hispanidade".

¹⁵ De fato, nessa época o debate entre a intelectualidade iberoamericana de extrema-direita sobre o tema de criação de uma comunidade hispânica de nações foi bastante intenso. Cito, como exemplo, o texto do nacionalista argentino Mario Amadeo (1956) sobre a questão. Dentre suas propostas, Amadeo encampava o estabelecimento de um Fórum Internacional que decidisse a criação da Comunidade Hispânica de Nações.

Referências

ALTAMIRANO, Carlos. (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina I**. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008.

_____. **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX. Buenos Aires: Katz, 2010.

AMADEO, Mario. **Por una convivencia internacional**. Bases para una comunidad hispánica de naciones. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1956.

ANDÚJAR, Fuensanta Escudero. **Dictadura y oposición al franquismo en Murcia**: de las cárceles de posguerra a las primeras elecciones. Murcia: Universidad de Murcia, 2007.

BAUTISTA, Eduardo. Ruiz. **Tiempo de censura**. La represión cultural durante el franquismo. Gijón: Trea, 2008.

BLANES, Federico G. En torno al concepto de Hispanidad. **Estudios**

Americanos, Sevilla, n. 69-70, p. 351-365, jun./jul. 1957.

CAPELATO, Maria Helena. Cuadernos Hispanoamericanos: ideias políticas numa revista de cultura. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 344-370, jul. 2005.

CARILLA, José Luis Calvo. **La cara oculta del 98**. Madrid: Ediciones Cátedra S. A., 1998.

CASADO, Vicente Rodríguez. Presentación. **Estudios Americanos**, Sevilla, v. 1, n. 1, p. 1-2, sept. 1948.

CUEVAS, Pedro Carlos González. **Historia de las derechas españolas**. De la Ilustración a nuestros días. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

CUEVAS, Pedro Carlos Gonzáles. **Maetzu**: biografía de un nacionalista español. Madrid: Marcial Pons, 2003.

CUEVAS, Pedro Carlos Gonzáles. **El pensamiento político de la derecha española en el siglo XX**. De la crisis de la Restauración al Estado de partidos (1898-2000). Madrid: Editorial Tecnos, 2005.

DEL ARENAL, Celestino. **La política exterior de España hacia Iberoamérica**. Madrid: Editorial Complutense, 1994.

DEUTSCH, Sandra Maria. **Las derechas**. La extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas**. Historia de los intelectuales, historia intelectual. València: Publicaciones Universitat de València, 2007.

FORMENT, Eudaldo. Prólogo. In: MORENTE, Manuel García. **Idea de la Hispanidad**. Madrid: Homo Legens, 2008, p. 7-77.

GARCÍA, José Roberto Navarra. **Memoria 1992-1993**. Escuela de Estudios Hisoano-Americanos – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Sevilla: Publicaciones de La Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1994.

HINOJOSA, Isabel Jara. La ideología franquista en la legitimación de la dictadura militar chilena. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, v. 34, p. 233-253, 2008.

Hispanismo. **Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana**. Tomo XXVII. Madrid; Bilbao; Barcelona: Espasa-Calpe, 1925, p. 1767-1778.

INDICE GENERAL 1948-1957. **Estudios Americanos**, Sevilla, n. 80-81, mayo/jun. 1958.

MOLINA, Raúl. España en la Historiografía argentina. **Estudios Americanos**, Sevilla, n. 32, p. 362-382, mayo, 1954.

MONTFORT, Ricardo Pérez. **Hispanismo y Falange**. Los sueños imperiales de la derecha española. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MONFORT I COLL, Aram. Los campos de concentración franquistas y su funcionamiento en Cataluña. **Hispania – Revista Española de Historia**, Madrid, v. 69, n. 231, p. 147-178, en./abr. 2009.

MORENTE, Manuel Garcia. **Ideas para una filosofía de la historia de España**. Madrid: Ediciones Rialp, 1957.

_____. **Idea de la Hispanidad**. Madrid: Espasa-Calpe, 1961.

_____. **Idea de la Hispanidad**. Madrid: Homo Legens, 2008.

MAS, Antonio Cañellas. La técnica al Servicio de la Hispanidad: un proyecto tradicionalista. In: MAS, Antonio Canellas. (Coord.). **América y la Hispanidad**. Historia de un fenómeno cultural. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2011, p. 181-208.

NAVARRO, Mariano Aguilar. Comentarios. **Estudios Americanos**, Sevilla, n. 38-39, p. 477-478, nov./dec. 1954.

NAVARRO, Mariano Aguilar. Comunidad Hispánica y Nacionalidad. **Estudios Americanos**, Sevilla, v. 10, n. 49, p. 383-407, oct. 1955.

NUDELMAN, Ricardo. **Diccionario de política lationamericana contemporánea**. Ciudad de México; Editorial Oceano de México, 2007.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

PUÉRTOLAS, Júlio Rodríguez. **El desastre en sus textos**. La crisis del 98 vista por los escritores coetáneos. Madrid: Akal, 2000.

ROJAS-MIX, Miguel. El hispanismo. Ideología de la dictadura en Hispanoamérica. **Revista Araucaria de Chile**, Madrid, n. 2, p. 47-59, segundo semestre, 1978.

ROSA, Alberto A. Intelectuais. In: **Enciclopédia Einaudi: Política/Tolerância/Intolerância**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1996, v. 22, p. 151-178.

RODRÍGUEZ, Fernando Fernández. **El espíritu de La Rábida**: El legado cultural de Vicente Rodríguez Casado. Madrid: Unión Editorial, 1995.

SEPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro. **El sueño de la Madre Patria**. Hispanoamericanismo y nacionalismo. Madrid: Marcial Pons, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. 4 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

VALERO, Francisco Morente. Mas allá del páramo. La historia de los

intelectuales durante el franquismo. In: FRÍAS, Carmen; LEDESMA, José Luís; RODRIGO, Javier. (Eds.). **Reevaluaciones**. Historias locales y miradas globales: Actas del VII Congreso de Historia Local de Aragón. Zaragoza: IFC – Instituto Fernando el Católico, 2011, p. 41-76.

VÁZQUEZ DE PRADA, Mercedes. La oposición al régimen franquista en Barcelona. Algunas muestras entre 1948 y 1951. **Hispania – Revista Española de Historia**, Madrid, v. 63, n. 215, p. 1057-1078, 2003.

VICENS VIVES, Jaume. **Historia Social y Económica de España y América**. Tomo IV: Burguesía, Industrialización, Obrerismo. Barcelona: Editorial Teide, 1959.

VIZCARRA, Zacarías de. Origen del nombre, concepto y fiesta de la hispanidad. **El Español – Semanario de la política y del espíritu**, Madrid, n. 102, año III, p. 1-13, 7 de oct. 1944.

YNFANTE, Jesús. **Las bases de reclutamiento**. Los tentáculos del CSIC. 2002: s/p. Disponible em: http://www.opuslibros.org/Libros/Santa_mafia/capituloII2.htm. Acesso em: 25 set. 2013.

Recebido: fevereiro de 2014

Aprovado: maio de 2014